

OS DILEMAS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DO MST: UMA EXPERIÊNCIA NA INCUBA DA UFRB

Eliene Gomes dos Anjos¹; Vivânia Santos de Jesus²;
Murilo César Figueredo Virginelli³

RESUMO: Este artigo é fruto de um projeto de extensão desenvolvido por professores da INCUBA e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santo Amaro, Bahia. Adotamos a proposta metodológica da pesquisa-ação e, a partir desse pressuposto, realizamos várias oficinas partilhando saberes das vivências dos assentados e o conhecimento acadêmico sobre associativismo, cooperativismo, economia solidária e mercados institucionais. O objetivo principal consistia em fortalecer as iniciativas coletivas existentes nos assentamentos e contribuir com o processo associativo ou cooperativista dos assentados. Porém, na prática, as dificuldades enfrentadas foram tantas que inviabilizaram a constituição de uma organização coletiva que integrasse todos os assentamentos do MST localizados nessa cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamentos. Organização coletiva. MST.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho analisamos a experiência desenvolvida no âmbito da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBA), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Santo Amaro-Bahia. Esse projeto está vinculado ao Programa de Extensão (PROEXT) com a participação de vários docentes e discentes dos cursos de Gestão de Cooperativas e Agronomia da UFRB.

Nosso objetivo consistiu em fortalecer as iniciativas coletivas existentes nos assentamentos e contribuir com o processo associativo ou cooperativista dos assentados, ainda que na prática tenhamos enfrentado diversas dificuldades para alcançá-los. Para

1 Doutora em Ciências Sociais, docente da UFRB, membro da INCUBA, Coordenadora da Rede de Universidades na Avaliação do Programa Mais Gestão do MDA. E-mail:

2 Graduanda de Gestão de Cooperativas - UFRB, bolsista de Iniciação Científica do – PRONINC – CNPq/Senaes. E-mail: vivanias@yahoo.com

3 Graduando de Agronomia, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária – PIBEX da UFRB. E-mail: figueredomurilo@gmail.com

tanto, adotamos a proposta metodológica da pesquisa-ação. Segundo Araújo Filho e Thiollent (2008):

[...] a ação pode estimular e unificar a participação na extensão, no ensino e na pesquisa da universidade. A participação no trabalho social se concretiza no respeito à cultura e à partilha do saber entre povos, na administração em parceria das terras ou, ainda, nos programas que consideram as famílias como especialistas (p.55).

A atuação dos professores e estudantes com o instrumental teórico metodológico da pesquisa-ação é expressa por meio da colaboração ou da união dos saberes dos diversos atores sociais envolvidos. Desenvolvemos algumas oficinas sobre associativismo, cooperativismo, economia solidária e mercados institucionais buscando contribuir para os processos de tomada de decisão dos assentados. Contudo, no segundo semestre de 2015 diversos percalços influenciaram na realização das etapas previstas no projeto, o que impediu o fortalecimento das associações já existentes nos assentamentos e a possibilidade de uma organização regional que integrasse os quatro assentamentos do MST, em Santo Amaro. Neste contexto, este artigo apresenta uma breve análise do papel político das formas associativas e dos impasses e desafios da organização coletiva no MST para, em seguida, descrever o levantamento das unidades produtivas de um assentamento e, por fim, uma reflexão das dificuldades que impediram a realização de todas as ações previstas no projeto.

2 O PAPEL POLITICO DO COOPERATIVISMO E DO ASSOCIATIVISMO

Nas experiências cooperativadas ou associativistas relacionadas à economia solidária ou ao movimento social, reivindicam uma consciência social e política por parte dos trabalhadores ao optarem por estes modelos de organização que se alicerça em outras bases e valores, visando escapar às regras capitalistas competitivas e injustas de trabalho e produção. Porém, a maioria dos estudos empíricos não confirma essa assertiva, pois as dificuldades para consolidar e garantir perenidades às cooperativas populares são tantas que o próprio MST, na primeira década dos anos 2000, estimula a cooperação informal devido à fragilidade na prática cooperativista disseminada pelo movimento (SANTOS, 2002).

Entretanto, anterior aos anos do novo milênio, o MST, a partir do final da década de 1980, com o crescimento do número de assentamentos sob sua organização em todo país, adota o cooperativismo como estratégia de produção coletiva e de contraposição ao sistema produtor de mercadorias. Destoando assim da tradição da

prática cooperativista no Brasil, historicamente adotada por um Estado autoritário na década de 1950, no bojo de políticas públicas que visavam aumentar as exportações e intensificar a capacidade produtiva da agricultura, em um período no qual o país apresentava altas taxas de crescimento demográfico. Portanto, o país não vivenciou em ampla escala, no passado, um cooperativismo popular identificado com as camadas subalternas, objetivando a emancipação social. À exceção de estados do sul do país, onde a criação das cooperativas realizou-se por iniciativas de padres católicos e foram implementadas entre os imigrantes europeus com prévia experiência de uma cultura cooperativista, nas demais regiões, principalmente as do nordeste, essas organizações ligam-se ao coronelismo e ao domínio dos grandes proprietários de terras (ANJOS, 2007).

Não obstante, na década de 1990, com o projeto de Incubadoras de cooperativas promovidas pelos adeptos da Economia Solidária e de núcleos de estudos sobre o cooperativismo em diversas Universidades brasileiras, foram criadas várias cooperativas populares como alternativas à crise do mundo do trabalho. Além disso, essas experiências revestem-se de um caráter utópico ideológico, fomentado pelo fim do socialismo burocrático na URSS e pela queda do muro de Berlim, pois, para os seus defensores, esta prática possibilitaria superação da relação capital/trabalho e a construção de novos paradigmas socialistas (SINGER, 2002).

O MST por ser o movimento social de maior expressão política na atual realidade brasileira, implementa nos assentamentos sob sua direção, uma prática cooperativista que, segundo os seus idealizadores seria distinta do cooperativismo em voga, representado no Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Este novo cooperativismo, descrito em publicações do movimento, caracterizar-se-ia pelo combate ao sistema vigente, pela autonomia dos produtores e emancipação dos trabalhadores, buscando uma nova sociabilidade baseada no trabalho coletivo e nas novas relações sociais oriundas de um processo produtivo coletivizado.

Baseada na concepção do cooperativismo como instrumento da luta de classe, a partir de 1989, o MST apostou na massificação dessa prática como estratégia política e de desenvolvimento econômico dos assentados. Depois de mais de duas décadas de atividades, a maioria das cooperativas, sobreviventes de conjunturas adversas, apresenta limites para se consolidar como um empreendimento de desenvolvimento sócio-econômico; porém, há casos exitosos que adquirem relevância por ser, no momento, objeto de utopia para os idealizadores do projeto e dos que buscam superar os impasses vivenciados no cotidiano em prol de uma crença no cooperativismo como alternativa para os trabalhadores (FERNANDES, 2000).

3 IMPASSES E DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

O MST foi fundado oficialmente em 1984, mas tem sua origem nos diversos movimentos de luta pela terra, desde as Ligas Camponesas⁴ até a experiência das Comissões Pastorais da Terra – CPT. O primeiro Congresso realizou-se em 1985 do qual participaram 1.500 lavradores de 23 estados, dentre eles, a Bahia. Para este evento tornar-se possível, foram realizados vários encontros nos estados visando mobilizar diversos movimentos estaduais para o congresso, que teve como lema: *Sem reforma agrária não há democracia*⁵ Este congresso ampliou a luta dos sem-terra e movimentos afins, pois acreditavam que a reforma agrária só seria realizada com a participação efetiva dos trabalhadores e por meio de ocupações de terra. Desse lema surgiu a bandeira de luta *Ocupação é a única solução* (FERNANDES, 2000). Durante o período de 1980, o movimento foi mais atuante no sul do Brasil, na década seguinte tornou-se paulatinamente uma organização de grande visibilidade nacional, estruturando-se na maioria dos estados brasileiros.

Com a notoriedade adquirida, o MST é o mais relevante movimento social na realidade brasileira, por isso tem sido investigado por inúmeros pesquisadores com métodos analíticos nem sempre convergentes. Navarro (2000) faz uma crítica afirmando que este movimento deixou de ser de *massa* para tornar-se de *quadros*, tornando-se assim, uma organização centralizada, com objetivos políticos e ideológicos norteando suas ações e em determinados momentos, sendo impostos à base do movimento, aquela em nome do qual o movimento fala. Esta posição é compartilhada por outros autores que se afastaram do MST, de certa forma não aceitando que este seguisse o seu próprio percurso, inclusive diferenciando-se dos modelos teóricos dos assim denominados novos movimentos sociais.

Com o crescimento do número de assentamentos, o MST passa a preocupar-se com a organização da produção, visando viabilizá-las economicamente para os assentados e apresentá-las como *áreas modelo*. Diante desse contexto, foi desenvolvido pelo movimento em diversos assentamentos e em vários estados, a constituição de

4 Durante a Era Vargas, o processo de industrialização e urbanização causou grandes impactos na agricultura, de forma mais acentuada no Nordeste, provocando intensas lutas pela defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais ameaçados de perder suas terras, essas lutas deram origem às Ligas Camponesas primeiramente em Pernambuco e Paraíba, depois se multiplicaram nos demais estados nordestinos e outros estados do país.

5 É relevante lembrarmos que se trata do ano de reabertura política, iniciando-se um novo período na história do Brasil e os sem-terra organizaram-se para exigir a reforma agrária do novo presidente, Tancredo Neves.

cooperativas inteiramente coletivizadas. Esta estratégia demonstra o caráter ideológico contido nessa prática e torna-se motivo de inúmeros impasses e divergências internas.

Além da resistência da adoção do modelo coletivo de produção, o MST defronta-se com outro conflito referente à identidade social original⁶ nascida no mundo da *pequena produção* e rompida pelo tempo de acampamento e das ocupações de terra. Essa identidade reaparece novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado. Nesta tradição, a produção é realizada no âmbito familiar geralmente liderada pelo chefe da família, visando a sua sustentabilidade e consolidação como pequeno produtor. Em tais situações são comuns os anseios, entre tantos assentados, de refluir em relação à sua organização.

Na avaliação de Navarro (2002), um grande desafio para o movimento é a organização produtiva frente ao crescente número de novos assentamentos. Segundo este autor, as propostas produtivas até agora defendidas não têm concretizado situações inovadoras em relação às possibilidades usualmente enfrentadas por agricultores familiares pauperizados. Neste sentido, os assentamentos, como regra geral, não garantem uma autonomia econômica para as famílias que perderam a terra e voltam a ter acesso nos lotes individuais ou coletivos, pois se defrontam com formatos tecnológicos típicos de *agricultura de sobrevivência*.

Por outro lado, Santos (2002) identifica nas estratégias de desenvolvimento social adotadas pelo movimento social, dentre eles o MST, o mérito de “[...] recuperar ou inventar alternativas que apontem para práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas” (2002, p.25). Proporcionando assim, experiências de produção e de convivência mais igualitárias e solidárias.

Na percepção de Carvalho⁷ (2002), o MST empreende um processo de transformação social, desencadeando uma emancipação social continuada das classes subalternas no campo, buscando a superação das atuais contradições econômicas, da dominação política e da submissão ideológica, enfim, das subalternidades às quais as famílias dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra têm sido submetidas no Brasil. Assim afirma:

As pessoas, os grupos e classes sociais que desejam ser e vir-a-ser sujeitos das suas histórias estão em permanente tensão entre a alienação

6 Esta identidade está associada à família na qual o homem tem um papel destacado como provedor e idealiza o pequeno produtor, sonho que é acalentado pela maioria dos sem-terra, que esperam um dia ter sua propriedade, ou seja, sua terra. Estes elementos, dentre outros, contribui para uma identificação com a lógica individual típica dos pequenos agricultores, opondo-se, dessa forma, com a lógica coletivista propagada pelo MST.

7 Este autor já editou inúmeros livros sobre o desenvolvimento agrário no Brasil, é um dos assessores direto do MST e analisa positivamente, ao contrário de Navarro, as ações empreendidas pelo movimento no sentido de formarem trabalhadores sem-terra em protagonistas da sua luta e história.

e a consciência crítica, entre a dominação e a libertação e entre a tutela e a emancipação. Muitas vezes, seja pela alienação ou pela repressão física e ou mental, pessoas, grupos e classes sociais conformam-se com as subalternidades, ensaiando, nos limites das suas possibilidades presentes, microconquistas num processo continuado de supostas libertações. No imaginário das pessoas e grupos sociais essas microconquistas podem representar as libertações sem que, necessariamente, se apercebam que tais liberdades podem estar sendo permitidas por outrem, seja pessoa, grupo ou classe social (CARVALHO, 2002, p.239).

Dessa forma, Carvalho afirma que a emancipação social é um processo contínuo, que pode ter começo, e a percepção do seu início poderá até ser datada, mas necessariamente não tem fim. O autor apresenta a hipótese de que o MST empresta um novo sentido ao processo histórico de emancipação social, processo esse que tem resultado objetiva e subjetivamente na afirmação da identidade social dos trabalhadores rurais sem-terra, na redescoberta de um sentido histórico para essa fração das classes subalternas no campo e na cidade identificadas com a luta pela terra, pela reforma agrária e pela mudança no modelo econômico vigente. Essa mobilização no processo de emancipação social continuada estaria contribuindo para a construção da cidadania ativa das pessoas de parcelas consideráveis das classes subalternas no campo.

Ainda segundo Carvalho, as ações diretas, como as ocupações de terras e de prédios públicos, e a resistência prolongada nos acampamentos, assim como a implantação de uma pedagogia própria nas escolas, os novos jeitos e maneiras de realizar a formação dos militantes, a busca de formas alternativas de governo dos assentamentos, as místicas e valores adotados como códigos culturais para a afirmação da identidade dos sem-terra, redefinem, na prática social, as lutas de emancipação social continuada e novas relações entre o Estado e essa fração da sociedade civil.

Como as ações diretas do MST contestam e ensaiam redefinir, face às ofensivas das concepções e ações burguesas, o espaço público e as concepções dominantes na sociedade civil, tudo leva a crer que a afirmação cidadã dessas parcelas das classes subalternas que lutam pela terra ocorra nos espaços sociais criados por eles próprios, em uma tensão dialética entre espaços sociais emancipados socialmente e a tentativa, também continuada, de tutela desses espaços pelas classes dominantes.

Devido à sua luta pela emancipação da classe subalterna, o MST forjou uma identidade social de resistência, que Carvalho denomina de identidade de projeto. A consciência social dos sem terra:

[...] de que apenas a obtenção da terra é insuficiente para a realização dos seus objetivos econômicos imediatos já é efetiva; a percepção de que as demais lutas sociais por educação, saúde, cultura e formação são indispensáveis para sua emancipação de duas das três cercas que os dominam: o latifúndio e a ignorância é crescente e já lhes dá significado; a terceira cerca, o capital, em função dos processos de exclusão social e aumento da pobreza no país, vai aos poucos fazendo sentido para os sem-terra (CRVALHO, 2002, p.249).

O MST tem conseguido manter a luta pela reforma agrária na pauta de discussão dos principais problemas brasileiros. Com o crescimento significativo de assentamentos em diversas cidades do país, criou uma relativa dinâmica econômica, e este fato é atribuído à pressão exercida pelo movimento na luta pela implantação de programas de reforma agrária. A constante formação de assentamentos garantiu o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres e, em alguns casos, a um processo de democratização da vida política dos pequenos municípios, devido à constituição de novas formas de representação e de organização que o movimento estimula, tão logo os assentamentos são constituídos, contrapondo-se as políticas empreendidas historicamente pelos fazendeiros.

Um aspecto paradoxal na luta do MST se refere à trajetória das mulheres no interior do Movimento, esta tem sido objeto de uma contradição, que é a distância entre o discurso igualitário e a prática, chegando inclusive ao ocultamento do seu trabalho, desqualificando-o.

Na pesquisa realizada por Silva (2003) no Assentamento Terra à Vista sobre as relações de gênero, conclui-se que essas relações são desiguais e assimétricas. A autora reconhece que o MST, ao longo da sua trajetória, vem tentando incorporar a questão da igualdade de gênero como prioridade dentro da luta geral pelo socialismo, todavia, essa discussão não atingiu as bases do movimento, ficando restrita aos congressos, encontros e outras mobilizações, onde geralmente estão presentes somente os militantes. Logo, resta um longo caminho entre o discurso que visa estabelecer a igualdade entre os gêneros e sua efetiva concretização. Na prática o MST não tem conseguido superar esta contradição do modo de produção que se apresenta de forma mais aguda nas relações sociais vigentes no campo.

Com essas contradições, Navarro conclui que as famílias rurais encontram-se numa situação delicada, pois têm como representante maior da sua categoria um movimento que apresenta uma face conservadora nas suas lutas ideológicas. Entretanto, essa não é uma assertiva consensual entre os pesquisadores; de forma contrária, Carvalho (2002) sustenta que o processo vivenciado pelos sem-terra na luta pela reforma

agrária, tendo o MST como mediador, possibilita uma emancipação social como processo continuado, assim as mobilizações e transformações no cotidiano de cada assentado são partes do processo sustentável que visa à transformação da terra e do modelo econômico.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

O Recôncavo possui uma quantidade significativa de comunidades rurais tradicionais e alguns assentamentos e acampamentos de reforma agrária, reflexo do processo de luta dessa região. A história econômica deste território remete-se à exploração da monocultura de cana-de-açúcar e do fumo. Durante séculos, este trabalho foi realizado por negros escravizados que, ao conquistarem o reconhecimento jurídico de cidadãos no final do século XIX, somaram-se ao contingente de homens e mulheres livres, porém excluídos dos direitos da sociedade brasileira, na reivindicação da propriedade da terra e, de forma mais ampla, por uma inserção social que propiciasse uma verdadeira igualdade e liberdade com bases materiais compensatórias de um longo período de intensa exploração laboral e espiritual.

Contemporaneamente, os descendentes dos escravizados enfrentam sérias restrições para garantir sua sobrevivência com as unidades produtivas da agricultura familiar, convivendo ainda com o monocultivo, que no caso de Santo Amaro é a monocultura de bambu, produzido para as papelarias instaladas no município.

Nesta cidade há quatro assentamentos constituídos pela luta do MST e dos trabalhadores Sem-Terra. O Assentamento Eldorado, situa-se a três quilômetros do centro de Santo Amaro, tem 18 anos de existência e abriga 53 famílias que conviveram, até poucos anos, com a falta de serviços básicos como água encanada e saneamento. Na mesma rodovia, BA 084, a poucos quilômetros de distância do Eldorado, existe mais três assentamentos organizados pelo MST. O mais populoso de todos eles, o Paulo Cunha, é formado por 170 famílias; já o Bela Vista é constituído por 30 famílias e, por fim, o assentamento Nova Suíça que integra 70 famílias.

Todos os assentamentos citados apresentam problemas estruturais, consequência da escassez de investimentos dos órgãos públicos para fortalecer o processo ainda incipiente de reforma agrária no Brasil. Na estrutura orgânica do MST, esses quatro assentamentos compõem a Brigada Carlos Marighella, da Regional Recôncavo da Bahia. Esta estratégia política de organização por parte do MST visa o

fortalecimento das comunidades e o incentivo à busca de alternativas às adversidades vivenciadas de forma coletiva.

O atual modelo produtivo predominante na região, conforme avaliação do MST, é composto por: i) papleiras, responsáveis pela contaminação das águas, do solo e do ar e pelo seu poder econômico materializado no total domínio sobre a política local; ii) práticas das monoculturas de bambu, cana-de-açúcar e eucalipto que provocam desequilíbrio ecológico, pauperizando o solo e destruindo a biodiversidade local, bem como promovem a concentração de terra, fato que aumenta o desemprego e o êxodo rural.

Vale ressaltar que o modelo agrícola vigente dissemina um trabalho instável, insalubre, mal remunerado, no qual os trabalhadores não recebem treinamento, equipamentos de proteção, tampouco dispõem da garantia de seus direitos trabalhistas previstos por lei. Em outros termos, o trabalho precário persiste historicamente para segmentos da classe trabalhadora. Infelizmente é este trabalho que resta a muitos assentados que por falta de condições mínimas para praticar a agricultura familiar, submetem-se as diversas formas de exploração, na tentativa de sobreviver dignamente.

5 LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO BELA VISTA

Na perspectiva de reunir informações sobre as unidades produtivas dos assentamentos, construímos um questionário para orientar os diálogos nas visitas aos lotes junto aos assentados. Devido as dificuldades de comunicação e articulação entre a equipe do projeto e o MST, só conseguimos realizar o levantamento em 2 assentamentos. Apresentaremos aqui os dados de um deles, o assentamento Bela Vista.

O levantamento das unidades produtivas foi realizado com 19 famílias assentadas no Bela Vista, reunindo os bolsistas, militantes do MST, assentadas e estudantes organizados no Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA)⁸.

A escolha das famílias que responderam ao questionário respeitou as diferentes localizações e tipos de solo dos lotes, dando abertura para suas especificidades e demandas. Esses núcleos familiares são, em sua maioria (84%), compostos por duas, três até quatro pessoas.

As especificidades citadas se dão em uma parte do território do assentamento com maior altitude e solo arenoso, as principais dificuldades apresentadas pelas famílias

⁸ O Grupo de Ação Interdisciplinar em Agroecologia (GAIA) foi criado e é organizado pela iniciativa dos graduandos da UFRB para realizar atividades de extensão com agricultores familiares. Suas ações são baseadas nos princípios da agroecologia e da educação popular em comunidades rurais de Cruz das Almas.

foram: a falta de nutrientes do solo e a necessidade de água para irrigação; famílias que possuem lotes em área mais baixa, onde se encontra o solo massapé; limitação de acesso ao assentamento pela falta de infra-estrutura nas estradas para escoar a produção. As outras dificuldades apontadas estão no âmbito da produção, como a falta de recurso para financiar a aquisição de maquinários, equipamentos e infra-estrutura e a falta de assistência. Por fim, a falta de organização coletiva é apontada como gargalo para a sustentabilidade do assentamento.

Ainda assim, a produção agrícola no assentamento é bem diversificada, uma parcela é para a subsistência e outra para comercialização. Não obtivemos dados sobre as quantidades, mas percebemos através da observação participante que a produção é em pequena escala. As principais culturas produzidas são em ordem de importância: a banana, o milho, as hortaliças, a mandioca e alguns frutos.

Dos entrevistados, 7 declararam que trabalham fora do assentamento, ou seja, vendem sua força de trabalho. Eles estão ocupados em trabalhos agrícolas e não-agrícolas o que constitui a realidade de parte dos agricultores familiares que estão inseridos na pluriatividades. Alguns declararam que têm acesso a políticas públicas como o Bolsa Família (5) e o Bolsa Verde (1), outros têm aposentadoria (4) e pensão dos filhos (2) para complementar a renda familiar.

Sobre os insumos e matérias-primas utilizadas na produção das famílias, os principais são naturais e para adubação: esterco animal (6), composto orgânico (4) e biofertilizantes (2). Outros insumos apresentados, mas em menor grau, foram o herbicida - *rand up* (1), adubo químico (1), adubação verde (1), ração (2) e remédios (1) para avicultura. Percebemos que o processo de substituição de insumos químicos por naturais e orgânicos têm avançado no assentamento, permuta que é um dos níveis fundamentais do processo de transição agroecológica.

6UMA BREVE REFLEXÃO DOS ENTRAVES PARA O AGIR COLETIVO

Esperávamos que o projeto de extensão promovesse uma integração entre os quatro assentamentos organizados pelo MST, em Santo Amaro. Buscava-se potencializar as organizações coletivas em torno da produção e, com o processo educativo da cooperação, resultasse na articulação de um empreendimento regional que articulasse os quatro assentamentos, possibilitando condições políticas e econômicas para superação do atual modelo agrícola excludente na região, fortalecesse a proposta da reforma agrária e contribuísse para a emancipação dos sem-terra. Todavia, os sérios entraves

encontrados para realizar as atividades previstas para alcançarmos os objetivos citados, impuseram resultados pífios ao projeto.

Os entraves tiveram vários aspectos. Primeiro referem-se à mobilização e organização das bases assentadas dispostas a impulsionarem essa organização coletiva. Os conflitos oriundos das necessidades cotidianas e da incipiente política de reforma agrária no país generalizaram uma descrença por parte dos assentados em qualquer proposta associativa. Um exemplo dessa prática ocorreu no Assentamento Eldorado que passou 16 anos sem água encanada enquanto a papeleira, que se localiza em frente ao assentamento, funcionava a pleno vapor. A dimensão cultural ressaltada em um diálogo com uma assentada em uma das entrevistas também é relevante, ela coloca a cultura da subordinação sedimentada nos assentados. Em outros termos, a dificuldade de superar a submissão, pois estão acostumados a serem mandados.

Compreendendo o contexto histórico da região, e as profundas relações de desigualdades ainda existentes no campo, torna-se um grande desafio para o movimento social superar esse cenário e caminhar para emancipação desses trabalhadores, construindo relações solidárias e cooperadas de trabalho. Além disso, capacitá-los para praticarem a autogestão das suas organizações. Somados a esses desafios, o MST, com sua estrutura orgânica, é um agente que limita as iniciativas emancipatórias dos assentados. A estrutura organizativa desse movimento, suas instâncias de coordenação e direção política devem existir se fizerem sentido e forem a serviço das suas bases sociais, e não o contrário. Os desgastes entre as lideranças e os assentamentos dificultam iniciativas e integrações de outros atores, como a Universidade, para contribuir com a articulação dos assentados num formato associativo. O distanciamento da coordenação/direção/liderança nos assentamentos contactados contribuiu para a desarticulação dos momentos de formação promovidos pela UFRB para construir o projeto da organização coletiva que integraria os quatro assentamentos do MST, em Santo Amaro. Numa realidade marcada pelas desigualdades, a possibilidade da superação das relações hierárquicas e de submissão tão em voga no campo, não se torna efetiva. O processo de emancipação tão almejado, não está concretizado nem no âmbito interno das práticas dos assentados com seu agente mediador, MST, muito menos com a sociedade no sentido mais amplo.

Neste contexto, a proposta da organização coletiva que fortaleceria o processo produtivo e a comercialização dos assentados que vivem da agricultura ou do extrativismo não tem avançado, estando ainda muito distante de se tornar um instrumento efetivo de

emancipação e de superação das diversas formas de subordinação as quais estão submetidos devido aos processos de vulnerabilidade social, econômica e política.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da organização coletiva para ampliar e inserir os produtos dos assentados em um mercado globalizado e altamente competitivo, além da centralidade dos movimentos nas lutas sociais no campo, encetamos um projeto para fortalecer e qualificar as práticas coletivistas existentes em quatro assentamentos do MST. Todavia, o que a experiência vem demonstrando é um processo marcado por contradições, na qual a proposta cooperativista e/ou associativista idealizada pelo movimento não se realiza na prática devido aos vários aspectos apresentados ao longo do artigo.

A experiência do projeto de extensão da UFRB com os sem-terra e lideranças do MST, em Santo Amaro, nos permite afirmar que não há um processo de emancipação dos sujeitos que vivenciam a luta pela reforma agrária, seja pelas limitações orgânicas do MST, seja pelos percalços que acompanham a constituição de organizações coletivas de trabalho e de produção. Em um contexto de descenso das mobilizações sociais e avanço do conservadorismo, urge uma reflexão sobre as práticas implementadas nos MST e o processo de organização dos assentamentos, pois sabemos que à superação da subordinação e da precariedade que caracteriza a existência de inúmeras famílias que estão nos quatro assentamentos contactados pelo projeto, somente se tornará realidade quando os assentados forem os protagonistas da história que estão escrevendo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. (2007). Coprasul: Entre o idealizado e o vivido - uma análise da prática cooperativista no MST In: **Mobilização, Participação e Direitos**. São Paulo : Contexto, p. 109-127.

ANJOS, E. (2007). Uma reflexão dos impasses e desafios da proposta político-ideológica do cooperativismo no MST In: **Assentamentos Rurais: Estudos realizados na Bahia e Sergipe**. 1 ed. Salvador : Editora FIB, p. 55-74.

ARAÚJO FILHO, T.; THIOLENT, M. J. (2008). **Metodologia para projetos de extensão: apresentação e discussão**. Universidade Federal de São Carlos (UFCar): Cubo Multimídia.

CARVALHO, H. M. (2002). A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada. In: **Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 233-260.

CONCRAB/MST. (1997). **Caderno de Cooperação Agrícola** nº. 5 Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo.

FERNANDES, B. M. (2000). **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes.

NAVARRO, Z. (2002). Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção na capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 189-232.

NAVARRO, Z. (2011). Os tempos difíceis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: MATTOS, L. B. (et al). **Políticas públicas e desenvolvimento**. Viçosa, MG: UFV/DER/DEE, p. 425-470.

SANTOS, B. S.(2002). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SINGER, P. (2002). **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.